

Novas formas urbanas e o olhar através da demografia: Um panorama sobre a Macrometrópole Paulista - 1991/2010.

Prof. Dr. José Marcos P. da Cunha - IFCH/Nepo Unicamp.
(zemarcos@nepo.unicamp.br)

Késia Anastácio - Doutoranda IFCH-Unicamp.
(kesia.anastacio@unicamp.br)

Guilherme Ortega Doutorando - IFCH-Unicamp.

Introdução:

Os estudos sobre metropolização no Brasil são inúmeros, e partem de diversos pontos de vista, nos quais ajudam a compreender não apenas os seus condicionantes, mas, sobretudo, as consequências desse processo - tanto do espectro econômico, social, político e, particularmente, demográfico. A partir desses estudos, sabe-se que alguns dos principais desafios se encontram nessas áreas.

No entanto, recentemente, observam-se fenômenos que parecem constituir-se em novas formas de expansão territorial e demográfica. O que leva a reflexão sobre noções tradicionais que até então eram utilizadas, por exemplo: centro-periferia, desconcentração etc; no qual refletiam bem a forma como se estruturavam as grandes aglomerações e assentamentos humanos observados no país.

Assim, novas propostas têm sido discutidas e apresentadas para compreender como a população se reorganiza no espaço: “novas periferias”, “urbanização dispersa ou difusa”, “desconcentração-concentrada” etc. -, o que faz refletir sobre a necessidade de se pensar em configurações socioespaciais mais complexas e, particularmente sobre suas consequências.

Essa parece ser a discussão da chamada “Macrometrópole Paulista”, fomentada recentemente pela Emplasa, mas renunciada por Souza (1978, apud SANTOS, 2005) no final dos anos 1970. Discussão acalorada no que tange uma melhor conceitualização sobre seu significado, e que também realça questionamentos sobre o caráter de complementaridade entre a Região Metropolitana de São Paulo e as aglomerações urbanas (três delas, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, hoje oficialmente RMs) que a circundam (EMPLASA, 2012).

De fato, o fenômeno que hoje se observa, precisa de mais estudos e compreensão para saber qual será sua evolução. Portanto, coloca-se como um grande desafio (e também oportunidade) para todos os gestores e planejadores, como também para os estudiosos do tema.

Do ponto de vista demográfico, como se mostrará nesse estudo, existem evidências sobre a complementariedade entre as regiões envolvidas. Contudo, ainda permanecem dúvidas no tocante a especificidades desse fenômeno em relação ao que se observa nas regiões metropolitanas.

Nesse sentido, o presente artigo, embora ampliado em suas reflexões teóricas, foi motivado por algumas reflexões e análises realizadas em dois estudos mais amplos sobre a Macrometrópole Paulista (CUNHA, 2014 e 2013) e pretende contribuir para o início desse debate. Assim, como¹ base nos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, o objetivo deste trabalho é analisar a formação do arranjo urbano-regional-paulista e a complementariedade regional estabelecida entre suas metrópoles tendo como foco o fenômeno da mobilidade espacial da população.

1. As novas configurações territoriais e o elo com a dinâmica demográfica.

1.1. As transformações nas morfologias urbanas:

De acordo com Moura (2009), o atual estágio do processo de metropolização latino-americano se relaciona com fenômenos como a reestruturação produtiva, globalização, mudanças na dinâmica de acumulação do capital e, conseqüentemente, com a divisão social e espacial do trabalho. Tal estágio se caracteriza por uma configuração espacial que transcende a noção de urbano e de aglomerado urbano, e incorpora à dimensão regional diversas formas.

Assim, para entender a configuração de morfologias urbanas mais complexas e a desconfiguração da clássica cidade monocêntrica, muitos autores lançam mão de novos conceitos e expressões para explicar as novas morfologias e o papel que essas estabelecem no sistema de cidades. Surgem, nesse sentido, aglomerados já consagrados como as metrópoles, mas também outras formas: como a macrometrópole, a cidade difusa, megalopolis, entre outras.

Lencioni (2011a), também explicita sobre essas mudanças e ressalta que “a transformação socioterritorial das metrópoles tem chamado a atenção de muitos pesquisadores

¹ As regiões metropolitanas abordadas neste trabalho – foram aquelas institucionalizadas até janeiro de 2014. Sendo elas: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Campinas (RMC), Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

tanto pela presença de processos semelhantes, como pelas particularidades de suas manifestações” (LENCIONI, 2011a, p.7).

Portanto, para entender as modificações na forma do tecido urbano, e também de suas funções, é preciso compreender que esse processo de transição metropolitana acontece através de uma verdadeira metamorfose sobre formas antigas. Ressalta, como explicitado, que esta metamorfose ocorre por mudanças na produção do espaço e também na maneira como o processo de acumulação do capital se dá sobre ele.

Nesse sentido, é preciso definir o que seria o espaço metropolizado antes dessa transição. Para Kayser (1969) o espaço metropolizado se caracterizava por um espaço “estritamente e concretamente ligado à grande cidade por meio de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais”. (KAYSER, 1969, p.46). Já Ascher (1998) pontua um novo momento e ressalta que:

(...) a metropolização não é um simples fenômeno de crescimento de grandes aglomerações. É um fenômeno que diz respeito ao funcionamento cotidiano das grandes aglomerações, das cidades pequenas mais distantes e que engendra morfologias urbanas de novos tipos. (ASCHER, 1998, p.18).

Portanto, observa-se que essas duas conceitualizações sobre o processo de metropolização do espaço revelam dois momentos da produção desse espaço. Como especificado anteriormente, tais momentos se diferenciam segundo o processo de acumulação do capital bem como suas exigências.

No caso do Brasil, o primeiro momento é pautado pelo crescimento das grandes cidades, aliado a industrialização e ao fenômeno de economias de aglomeração. Para Carlos (2013), no primeiro momento o capital exige certas condições para sua reprodução como, por exemplo, o adensamento dos espaços industriais ou até mesmo uma periferação dos setores produtivos em função da necessidade de diminuição dos custos de produção.

Assim, nesse primeiro momento a metrópole é caracterizada como lugar “onde se estabelece a centralidade da atividade produtiva, das atividades de comando, da disposição diferenciada dos lugares, através de uma divisão social do trabalho onde os espaços são hierarquizados.” (CARLOS, 2013, p.42).

Já no segundo momento ocorre o que Lencioni (2003) denomina de uma verdadeira metamorfose do processo de metropolização. A autora emprega o termo metamorfose, pois a mudança na forma da metrópole tem em sua gênese processos diferentes do anterior. Tal transformação se relaciona com a crise que a desensificação ou o adensamento metropolitano gerou para o processo produtivo.

Sobre essas mudanças, Carlos (2013) também destaca que as novas formas de reprodução do capital agora redefinem os espaços de acumulação através de signos como o mundial. Essas redefinições transformaram a dinâmica da economia metropolitana, que passou de uma base pautada no setor industrial e no adensamento deste nos espaços metropolitanos, para o amplo crescimento do setor terciário moderno, serviços, comércio e setor financeiro. Essas mudanças são colocadas como condição de desenvolvimento em uma economia globalizada. Portanto, observa-se que essas transformações requerem a produção de outro tipo de espaço, que vai muito além da área central da metrópole. Nas palavras de Carlos (2013):

O processo de reprodução do espaço da metrópole, no contexto mais amplo do processo de urbanização, realiza-se, neste momento pela desconcentração do setor produtivo (Ou seja, reestruturação produtiva), pela constituição de novos ramos da economia e pela centralização do capital na metrópole. (CARLOS, 2013, p.43).

Nesse sentido, Fix (2011) explica a redefinição dos espaços urbanos sob o signo do Global. Em “São Paulo Cidade Global” a autora apresenta a mudança na lógica da produção do ambiente construindo: de uma produção mercantil para financeirizada. Fix (2011) pontua que esta seria outra modificação na construção do espaço urbano. Assim, para adentrarem nesta lógica financerizada as cidades se colocam como mercadoria e passam a adotar na governança o *city-marketing*, o discurso do empresariamento, as parcerias público-privado. Elementos claramente identificados neste novo momento de metropolização do espaço.

Salienta-se que devido a todas essas transformações citadas até aqui, surgem novos conceitos com intuito de clarificar o que seriam essas novas formas e conteúdos da cidade ou aglomeração urbana, tais como: cidade-região (SCOTT, 2001), cidade global (SASSEN, 1991), exópole (SOJA, 2002), cidade difusa (INDOVINA, 1990), edgcity (GARREAU, 1991), Metápole (ASCHER, 1995) entre outros.

Para Rufi (2003) cada uma dessas formas resulta de uma determinada realidade e também de processos históricos diferentes. Portanto, a adoção desses conceitos em realidades distintas pode gerar distorções. Porém, todas essas novas formas que surgem possuem algumas similaridades: como a necessidade de novas palavras, conceitos, neologismos para explicar uma formação que transcende a noção de urbano, de cidade e muitos casos a de metrópole. Rufi (2003) destaca também que essas formações estão relacionadas com a passagem do fordismo para o pós fordismo, e também com as mudanças no processo de acumulação capitalista.

Devido à especificidade de tais conceitualizações, para o caso do Brasil, Moura (2009) adota o termo arranjos-urbanos. A autora delimita algumas unidades espaciais no Brasil que fogem de noções tradicionais (como metrópole), mas que também devido a especificidades do processo de urbanização brasileiro não se assemelham com as novas conceitualizações que surgem na literatura. Nesse sentido, os arranjos-urbanos regionais são unidades regionais que se caracterizam, em grande medida, pela grandeza escalar e são definidos como:

(...) unidades concentradoras de população, com relevância econômico-social e infraestrutura científico- tecnológica, com elevada densidade urbana, forte articulação regional e extrema complexidade, devido à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior, participando de modo mais integrado, nos âmbitos estadual, nacional e internacional, como principais elos de inserção nos estágios mais avançados da divisão social do trabalho. (MOURA, 2009, p.12)

Assim, de acordo com Moura (2012), a gênese e o processo de expansão desses arranjos “advêm tanto da busca por localizações de melhor acessibilidade à atividade econômica quanto da periferização da pobreza urbana, impingida pela lógica do mercado imobiliário” (MOURA, 2012, p.12).

1.2. As novas formas urbanas e a dinâmica demográfica.

As transformações no processo de urbanização brasileiro remontam os anos de 1950, período que o país começa a experimentar de forma mais contundente o processo de êxodo rural. O que implicou, ao longo de mais de três décadas, não apenas no esvaziamento do campo, particularmente nas regiões sudeste, sul e nordeste, mas também na grande concentração da população nas grandes cidades. Ainda que mais recentemente existam aqueles que pregam certa desconcentração demográfica rumo ao interior e cidades médias, não há dúvidas de que se esse processo existe, ele é muito tímido e, portanto, relativo, já que as grandes cidades e, sobretudo as regiões metropolitanas mantiveram (e em alguns casos até ampliaram) o peso relativo na população nacional e de seus respectivos estados (CUNHA, 2014).

Além disso, deve-se considerar que o quadro demográfico das últimas décadas também se destaca pela forte redução da fecundidade que tanto “envelheceu” a população brasileira, como reduziu paulatinamente o seu crescimento com implicações significativas,

por exemplo, na diminuição dos excedentes demográficos - especialmente nas áreas de evasão populacional.

Nesse contexto, da mesma forma, puderam-se assistir, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, grandes mudanças importantes nos processos migratórios que, obviamente também tiveram impactos sobre o urbano.

Como explicitado até o momento, o processo de metropolização do espaço, bem como a formação dos arranjos-urbanos-regionais no Brasil se pautou em dois momentos. Nota-se nesses dois marcos que a mobilidade espacial da população apresentou distinções nos períodos apresentados e na formação desses aglomerados. Assim, como destaca Baeninger (1998), o delineamento de novas territorialidades representa importantes transformações demográficas.

Portanto, assim como o processo de metropolização, o fenômeno da mobilidade espacial da população também apresentou mudanças. Nesse sentido, como apontam diversos pesquisadores para o caso Brasil, (Baeninger (2011), Cunha (2011), Pacheco (1998), Martine (1994) entre outros), tem-se dois momentos também do fenômeno migratório: o primeiro transcorre a década de 1970 e até parte da década de 1980, e está relacionado ao processo de industrialização e de formação das grandes concentrações urbanas, especialmente as metropolitanas. Nesse período, destacavam-se os grandes fluxos migratórios do tipo rural-urbano e também daqueles em direção ao Sudeste que, segundo Faria (1991), caracterizaram a sociedade urbano-industrial brasileira naquele momento.

O segundo momento, em grande parte condicionado pela significativa redução da migração de mais longa distância, seria marcado pela maior predominância de mobilidade espacial da população de menor distância - especialmente aquela do tipo intraestadual (ou inter-regional) e intrametropolitana.

Ressalta-se também que a mobilidade pendular assume cada vez mais importância, ampliando não apenas sua intensidade, mas também seu alcance em termos das escalas espaciais envolvidas, ou seja, projetando-se do antigo plano intrametropolitano para o inter-regional. Tal fato revela a força com que essas “novas” formações urbanas vêm se estabelecendo e consolidando.

2. Breve contextualização sobre o arranjo urbano regional paulista:

Como já referido, a unidade espacial de análise deste trabalho é o arranjo urbano-regional-paulista, mais conhecido como Macrometrópole Paulista. Esse arranjo se localiza no

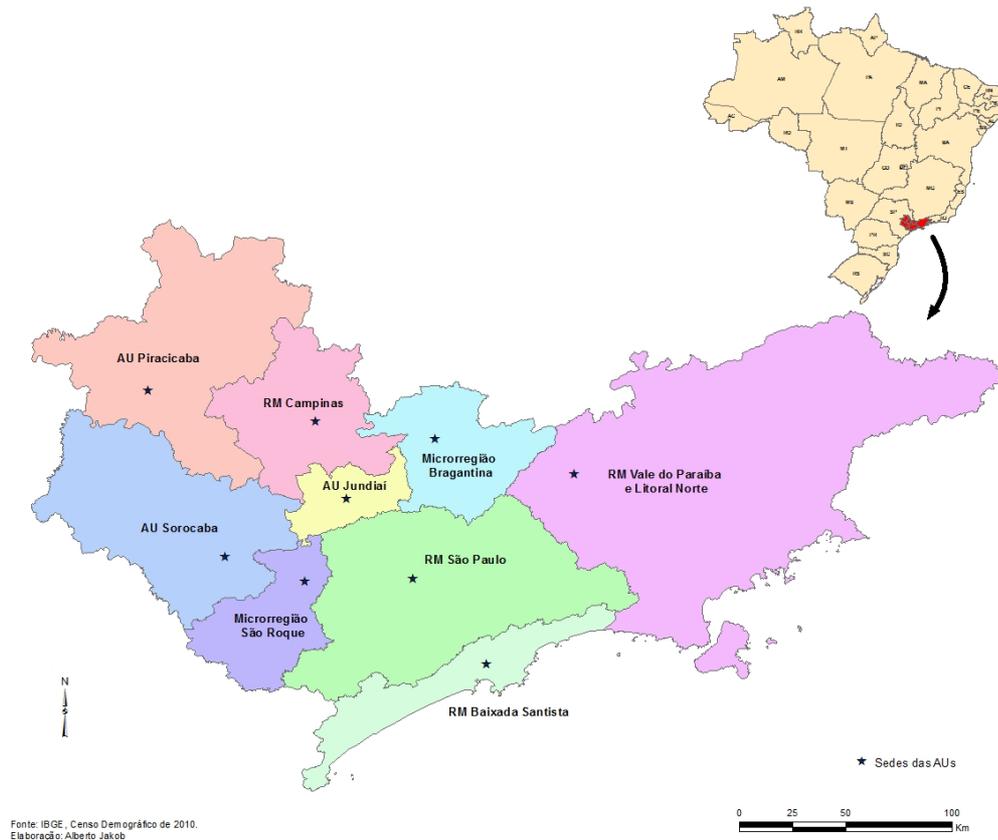
cone leste do estado de São Paulo (Figura 1), e de acordo com Cunha *et al* (2013) é o sistema de cidades mais importante do país.

É composto por 173 municípios que estão divididos em: cinco regiões metropolitanas (Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana de Sorocaba), duas aglomerações urbanas (Aglomeração Urbana de Jundiaí e de Piracicaba) e duas microrregiões (Microrregião de Brangatina e São Roque).

Além do mais, a Macrometrópole ocupa 20% do território do estado de São Paulo, onde vivem mais de 30 milhões de pessoas, o que representa aproximadamente 73% da população do estado. Ressalta-se que a localidade produz 83% da riqueza do estado e 28% do total produzido no país (CUNHA *et al*, 2013).

Outro ponto importante sobre este complexo urbano regional expandido diz respeito à circulação tanto de fluxos de capital e informação, quanto de pessoas. Cunha *et al* (2013) ressaltam que mais de dois milhões de pessoas realizavam movimentos pendulares² nesse sistema de cidades, cerca de 14% da população economicamente ativa – segundo os dados do último censo demográfico (2010). Além do mais, só na Região Metropolitana de São Paulo (localidade mais importante da Macrometrópole) aproximadamente um milhão de pessoas imigraram ou emigraram nesse território, o que demonstra a importância do local no âmbito dos fluxos migratórios.

² Para Cunha *et al* (2013), a mobilidade pendular refere-se aos movimentos cotidianos feitos entre duas cidades por motivos de trabalho ou estudo, salienta-se que este é também o conceito adotado para o presente trabalho.

Figura 1: Localização da Macrometrópole Paulista e suas regiões.

Fonte: IBGE – malha municipal digital – 2010

Destaca-se também que a formação dessa região está relacionada com o processo de desconcentração da atividade industrial, que ocorreu principalmente ao longo das principais rodovias que atravessam o estado. É importante pontuar que esse processo modificou a função de muitas localidades e reafirmou a primazia da cidade de São Paulo e consequentemente de sua área Metropolitana.

Nesse Sentido, Cano (2011) afirma que o Governo do Estado e o Governo Federal foram ativos nesta relativa desconcentração industrial e na formação dos novos polos. Por exemplo, ocorreu a instalação de duas grandes refinarias de petróleo, uma em São José dos Campos e outra em Paulínia, a instauração do programa Pró-Álcool em Ribeirão Preto, os ramos de informática, microeletrônica e de telecomunicações em Campinas, aliados a instituições de pesquisas, sem se esquecer das políticas de construção de grandes e modernas rodovias, o que possibilitou que as distâncias entre metrópole e interior fossem reduzidas, já que a maioria parte destes polos estão consolidados perto das grandes vias de acesso e se beneficiaram deste transbordamento da RMSP.

Segundo Sposito (2007), as aglomerações metropolitanas, não metropolitanas e algumas cidades do interior de São Paulo tiveram seu papel e função de centros redefinidos

com essa desconcentração. Assim, a desconcentração produtiva foi definida e definiu os chamados eixos de desenvolvimento, que se caracterizam pela união de polos da rede urbana, sendo interconectados por fluxos de pessoas, de mercadorias, mas indo além das vias de transportes, sendo também conectados por vias áreas, por infovias de telefonias, de fibra ótica, entre outros fluxos materiais e de informações.

Para Lencioni (2003) esses eixos de expansão no estado de São Paulo conjugam um grande processo de formação de uma cidade – região, sendo conectada por fluxos e pela definição de novas funções dentro do sistema de cidades. Portanto, a formação deste eixo pressupõe um conjunto de atividades complexas e uma complementariedade regional, que ao longo dos eixos se dá de forma direta com a RMSP.

Segundo Cano *et. al.* (2007), há nos anos 1980 também, oriunda dessa desconcentração industrial, uma desconcentração populacional na RMSP com destino ao interior do estado, beneficiando, principalmente a Região Metropolitana da Baixada Santista e a Região Metropolitana de Campinas. Nesse sentido, esse processo de desconcentração foi demarcado por mudanças na dinâmica populacional. No qual o interior de São Paulo passou a apresentar taxas de crescimento populacional mais elevada do que a metrópole paulista, como se observa na Tabela 1.

Em relação à Tabela 1, observa-se que houve um declínio da taxa média anual de crescimento populacional, tanto do estado de São Paulo quanto da Macrometrópole Paulista e das demais regiões que a englobam no comparativo 1991/2000 e 2000/2010. Nota-se também o aumento do grau de urbanização, bem como da área urbanizada, levando em consideração o aumento da mancha urbana da Macrometrópole, em especial da Região Metropolitana da Baixada Santista, que já quase não possui área rural – levando em consideração as características geomorfológicas da região limitada entre a Serra do Mar e o oceano Atlântico.

A Macrometrópole como um todo apresentou aumento do peso relativo da população do estado no último ano analisado (2010), influenciado principalmente pelo crescimento da Região Metropolitana de Campinas, que apresentou o maior aumento do peso relativo da população nos três anos em análise. Todas as outras regiões demonstraram manutenção ou ligeiro aumento desse peso, podemos entender aqui que em detrimento da Região Metropolitana de São Paulo que apresentou queda desse peso. Entende-se que a desconcentração industrial da RMSP proporcionou, portanto, crescimento não só industrial, mas populacional de outras regiões da Macrometrópole.

Tabela 1: População Residente censitária, grau de urbanização, peso relativo da população e crescimento populacional. Macrometrópole Paulista. 1991, 2000, 2010.

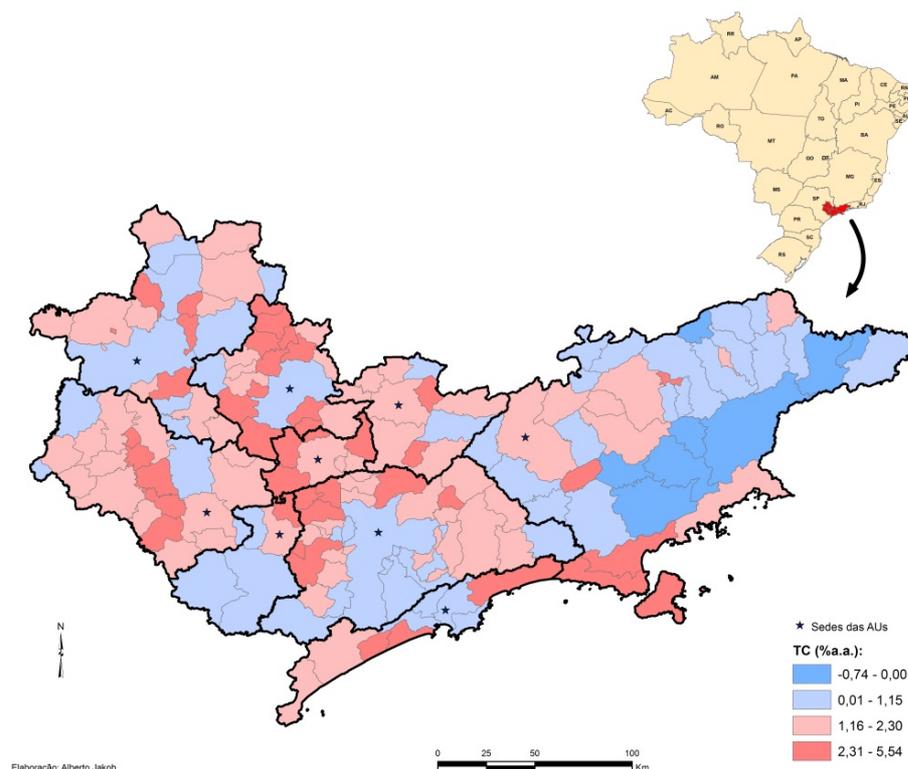
Regiões	População residente			Crescimento Populacional				Grau de Urbanização (%)			Peso Relativo na População da MMP (%)		
				Absoluto		Taxa Média Anual (%)							
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Estado de São Paulo	31.588.925	37.032.403	41.262.199	5.443.478	4.229.796	1,78	1,09	92,8	93,4	95,9	100,0	100,0	100,0
Macrometrópole	23.015.932	27.217.885	30.517.375	4.201.953	3.299.490	1,88	1,15	96,0	95,1	97,5	72,9	73,5	74,0
RMSP	15.444.941	17.878.703	19.683.975	2.433.762	1.805.272	1,64	0,97	97,8	95,8	98,9	48,9	48,3	47,7
RMVPLN	1.651.594	1.992.110	2.264.594	340.516	272.484	2,10	1,29	91,6	93,0	94,1	5,2	5,4	5,5
RMC	1.866.025	2.338.148	2.797.137	472.123	458.989	2,54	1,81	95,1	97,1	97,4	5,9	6,3	6,8
RMBS	1.220.249	1.476.820	1.664.136	256.571	187.316	2,14	1,20	99,6	99,6	99,8	3,9	4,0	4,0
AU Piracicaba	962.293	1.158.425	1.307.256	196.132	148.831	2,08	1,22	89,9	94,0	95,9	3,0	3,1	3,2
AU Sorocaba	937.476	1.225.020	1.447.331	287.544	222.311	3,02	1,68	91,8	92,7	93,3	3,0	3,3	3,5
AU Jundiá	467.670	580.131	698.724	112.461	118.593	2,42	1,88	90,5	91,9	95,0	1,5	1,6	1,7
MR Bragantina	265.811	336.247	391.738	70.436	55.491	2,65	1,54	81,8	82,7	89,6	0,8	0,9	0,9
MR São Roque	199.873	232.281	262.484	32.408	30.203	1,68	1,23	60,2	57,6	65,5	0,6	0,6	0,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Nepo-Unicamp).

Contudo, um fator é necessário pontuar sobre o processo de desconcentração industrial e populacional que caracterizou o Brasil no que tange aos limites espaciais do fenômeno. Assim, segundo Diniz (1993), a distribuição da produção industrial no país se modificou com o declínio da participação relativa da área metropolitana de São Paulo. Porém, esse fenômeno tem que ser relativizado, já que a concentração não permeia todo o solo brasileiro e ocorre, principalmente, na porção sudeste do país. Já no estado de São Paulo, o processo ocorreu ao longo das principais vias que se interligam a RMSP.

Nesse sentido, a desconcentração populacional da RMSP, bem como das sedes das demais regiões da MMP são evidenciadas na Figura 2, percebe-se através da figura alguns vetores de expansão, ou um espriamento do arranjo regional, sendo oriundo de uma periferização das regiões, levando em conta o aumento do crescimento médio anual dos municípios nas franjas dessas regiões.

Figura 2: Vetores da taxa crescimento médio anual, por município da Macrometrópole Paulista. 2000 e 2010.



Elaboração: Alberto Jakob

Fonte: IBGE – malha municipal digital – 2010

Cabe enfatizar que esse processo pode estar relacionado com o aumento do preço da terra como dos serviços nos grandes centros, o que determina, invariavelmente, a desconcentração populacional e industrial desses centros em direção aos municípios que estão ao redor destes, possibilitando cada vez mais a aglomeração e a interligação das regiões da

MMP, principalmente na região noroeste (Região Metropolitana de Campinas e de Sorocaba, Aglomeração Urbana de Jundiaí e de Piracicaba), como observado através da Figura 2.

Assim, no sentido das mudanças apresentadas anteriormente, é importante ressaltar que neste novo quadro metropolitano - antigas lógicas de produção do espaço urbano coexistem com lógicas atuais. Por exemplo, o modelo centro-periferia - no qual norteou a compreensão do crescimento urbano na segunda metade do século XX - ainda se faz presente, e coexiste com as chamadas periferias elitizadas. Mas também são caracterizados pela expansão do fenômeno no que tange a periferização, portanto, se integra com a atual dispersão metropolitana.

Nesse sentido, têm-se as lógicas do mercado imobiliário incidindo sobre o processo de redistribuição espacial da população, principalmente no espaço intra-aglomerado (Intra-AU). Mas também se observa a ação do processo de reestruturação produtiva sobre essa redistribuição populacional, porém em uma escala maior do que o espaço intra-AU.

É importante pontuar que esse processo de reestruturação produtiva e a redistribuição espacial da população, estão muito relacionados, tal qual afirma Diniz e Campolina (2007) com a qualidade da malha viária que detém a MMP. No qual possibilita uma intensa comutação entre os espaços da Macrometrópole, bem como uma integração funcional entre os seus centros. Além dessa intensa comutação, como será demonstrado nas sessões posteriores, nota-se um crescimento dos fluxos migratórios intra-regionais. No qual podem ter sido influenciados pelas demandas por mão de obra neste quadro de reestruturação.

3. O fenômeno da mobilidade espacial da população entre metrópoles: o prenúncio de uma complementariedade regional e de novas morfologias urbanas.

Como enfatizado anteriormente, a dinâmica demográfica e, em especial o fenômeno da mobilidade espacial da população, apresentaram algumas especificidades de acordo com cada fase do processo de urbanização brasileiro, e com a constituição de determinadas territorialidades. Nesse sentido, este trabalho tem como pressuposto que a formação de novas morfologias urbanas no Brasil se relaciona com as mudanças no fenômeno da mobilidade, em especial como o aumento dos movimentos pendulares e da migração de curta distância. Dado este panorama, esta sessão fará um breve resgate sobre essas transformações que perfazem o processo de redistribuição espacial da população, e focalizará nas transformações e nas tendências que demarcam o fenômeno da mobilidade espacial da população na Macrometrópole Paulista nos últimos trinta anos.

Sobre o fenômeno migratório, dado a progressiva queda da fecundidade que demarcou a segunda metade do século XX, a migração passou a ter, também, um papel preponderante no processo de redistribuição espacial da população. Também nos anos de 1980, observou-se um arrefecimento na taxa de crescimento populacional das grandes metrópoles, fato evidenciado pelo censo de 1991. O fenômeno foi influenciado não apenas pela queda da fecundidade já mencionada, mas também pela redução dos grandes fluxos migratórios, especialmente aqueles do tipo rural-urbano, que, como se sabe, no passado, ditavam o compasso do fenômeno migratório (CUNHA, 2011). Assim, o declínio da migração do tipo rural-urbano permitiu que fossem evidenciadas outras modalidades de mobilidade, tais como a migração dos tipos urbano-urbano, intraestadual, intrametropolitana, entre outras.

Nesse sentido, é interessante observar a evolução do processo migratório e do peso que este tem no processo de redistribuição espacial da população na Macrometropole Paulista. Nota-se, através da Tabela 2, que o peso da migração na MMP caiu vertiginosamente, assim como em todo o estado de São Paulo, considerando os períodos 1991/2000 e 2000/2010. A exceção está na Região Metropolitana de Campinas e na Aglomeração Urbana de Jundiaí. A RMC teve um pequeno aumento no peso da migração, complementando assim, o alto crescimento populacional da região representado pela Taxa de crescimento, no qual foi beneficiada pela desconcentração industrial da cidade de São Paulo, bem como do aumento do parque industrial de cidades ao redor da sede da região, como Paulínia, Hortolândia e Indaiatuba. Já AU de Jundiaí beneficiou-se pela proximidade da cidade de São Paulo atraindo migrantes pendulares³.

Já a RMSP passou a ter peso relativo negativo de migração, o que demonstra que a região já não atrai tantos migrantes, como no início de seu processo de metropolização nos anos 1960 e 1970. Entretanto, há que se considerar a importância da migração à RMSP, levando em consideração os números absolutos desse processo.

Observando mais atentamente os processos migratórios da MMP através das Matrizes Migratórias (Tabela 3)⁴ entende-se que a imigração intra-AU da RMSP, manteve-se muito parecida nos dois períodos, a queda do peso relativo da migração da região, se dá essencialmente, pela queda da imigração advinda de outras regiões do estado e das migrações externas ao estado, o que demonstra que há dinâmica migratória da RMSP em relação a

³ Este fenômeno será analisado mais adiante.

⁴ O conceito de migrante utilizado neste trabalho é o de data-fixa, sendo caracterizado pelo indivíduo que não residia no município de recenseamento cinco anos antes da data de referência da pesquisa.

MMP. Em relação à emigração, pouco se modifica nos períodos, exceto pela queda da emigração externa.

Tabela 2: Crescimento migratório, peso relativo, saldos e taxas migratórias. Macrometrópole Paulista. 1991, 2000 e 2010.

Regiões	Migração				Peso Relativo da Migração	
	Saldo Migratório		Taxa Média Anual		1991/2000	2000/2010
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010		
Estado de São Paulo	1.326.987	472.650	0,43	0,12	24,38	11,17
Macrometrópole	1.024.398	290.570	0,45	0,10	24,38	8,81
RMSP	219.591	-299.680	0,15	-0,16	9,02	-16,60
RMVPLN	111.222	65.690	0,68	0,31	32,66	24,11
RMC	237.897	231.940	1,27	0,91	50,39	50,53
RMBS	118.035	50.170	0,98	0,32	46,00	26,78
AU Piracicaba	84.411	51.990	0,89	0,42	43,04	34,93
AU Sorocaba	146.070	102.790	1,51	0,77	50,80	46,24
AU Jundiaí	52.416	56.330	1,12	0,88	46,61	47,50
MR Bragantina	36.648	25.400	1,36	0,70	52,03	45,77
MR São Roque	18.108	5.940	0,93	0,24	55,88	19,67

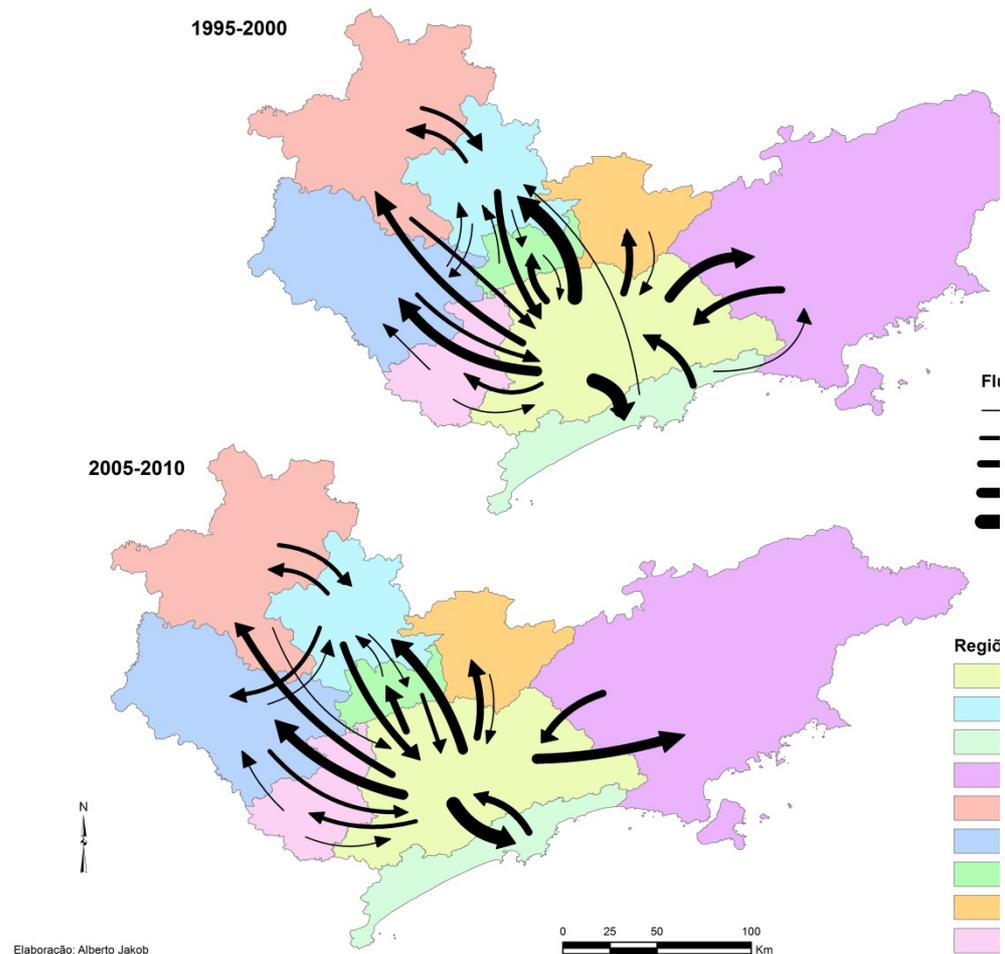
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Elaboração própria, Nepo-Unicamp).

A imigração para todas as outras regiões da Macrometrópole Paulista cai no período em análise, em todas as modalidades migratórias. A exceção fica por conta da Região Metropolitana da Baixada Santista e da Aglomeração Urbana de Jundiaí que demonstraram aumento na imigração intra-MMP. Há uma dinamização da economia da RMBS levando em consideração, principalmente o desenvolvimento do setor petrolífero (pré-sal). A AU de Jundiaí, como já demonstrado se beneficia com a dinamização da RMC e com a proximidade com a RMSP, atraindo não só migrantes pendulares, como também indústrias, em consequência da desconcentração advinda da RMSP.

Em relação à emigração, a única região a registrar aumento em todas as modalidades (interna, outras regiões do estado de São Paulo e externa ao estado) foi a Microregião de Bragantina, o que explica a queda na Taxa Anual de Crescimento e no Peso Relativo da População. Também se observa um aumento da emigração intra-MMP e externa ao estado na RMVPLN, esse último aumento muito provavelmente impulsionado pela proximidade de municípios da região com regiões dinâmicas de outros estados, como o Rio de Janeiro. Por fim chama a atenção o aumento da imigração intra-MMP na AU de Jundiaí, o que demonstra a dinâmica e a inserção da região na MP, justamente pela posição estratégica da região, entre as maiores RMs do estado (RMC e RMSP).

Essa interação migratória da região fica evidente quando analisa Os fluxos migratórios indicam trocas migratórias que sugerem uma comple mesmo que com diminuição da intensidade desses fluxos. Fica evidente a RMSP, como principal interlace desses fluxos, conectando as demais regiões

Figura 3: Fluxos migratórios acima de 3 mil pessoas entre as regiões. Paulista, 1995-2000 e 2005-2010.



Fonte: IBGE – malha municipal digital – 2010

Portanto, através da Figura 3, percebe-se uma relação de com entre os aglomerados que formam a Macrometrópole Paulista. Porém, é pre condicionantes desses movimentos migratórios e pendulares, os quais estão r a dinâmica do mercado de terra de cada localidade, mas também com reestruturação produtiva que “desverticalizou” a produção industrial. Nesse s compreender os limites espaciais deste processo de reestruturação no qual fo região.

Para Lencioni (2011b) os limites dessa nova morfologia urbana são fluídos e complexos para se delimitar, já que este arranjo-urbano-regional é caracterizado como um espaço de fluxos por excelência, com a presença de inúmeras redes interconectadas. Nesse sentido a autora destaca que:

Embora seja arriscado delimitar seu limite, vale dizer que ele guarda relação com as condições de transportes, na medida em que a possibilidade de deslocamento cotidiano das pessoas, entre o trabalho e a moradia, é que confere a essa cidade-região um sentido de conjunto e de unidade. Isso significa que a velocidade da integração entre os lugares representa um dos elementos importantes na definição dessa unidade, pois é ela que equaciona a relação espaço-tempo (LENCIONI, 2011, p. 141b).

Com o desenvolvimento da MMP e a consolidação dos processos produtivos, o problema nas grandes metrópoles, para Silva (2013), deixa de ser mover-se para áreas urbanas – já que a maioria já se encontrava morando nessas áreas – e passa a ser como fazer para “(...) apropriar-se da cidade e das possibilidades que este espaço pode oferecer” (SILVA, 2013, p. 124).

Nesse sentido, o buscar por locais mais acessíveis do ponto de vista da habitação passa a ter outros contornos com o desenvolvimento dos transportes, a integração das cidades e a facilidade de acesso aos grandes centros, através, por exemplo, das rodovias. Possibilita-se assim o aumento dos movimentos pendulares. Percebe-se um aumento desse fenômeno em todas as regiões metropolitanas da MMP, e desta como um todo, tanto movimentos internos quanto externos (Tabela 4).

Chama a atenção o aumento da mobilidade externa da RMSP – variação de mais de 210% nos 10 anos de análise – e da mobilidade interna na MMP como um todo – mais de 107% de variação. Esses dados demonstram mais do que uma integração da MMP, mas também um aumento da mobilidade pendular entre as regiões que englobam a MMP, já que a mobilidade externa teve uma variação maior no período em análise do que a migração interna na MP, RMC, RMSP e RMBS.

O maior distanciamento da RMVPLN para com as outras regiões da MMP pode explicar uma menor integração pendular desta com as outras regiões. Esse processo fica evidente nas Figuras 4 e 5: um dos principais fluxos pendulares da RMVPL com origem em cidades mais distantes (conhecidas como Fundo do Vale) têm como destino outras regiões do estado de São Paulo, que não a MMP.

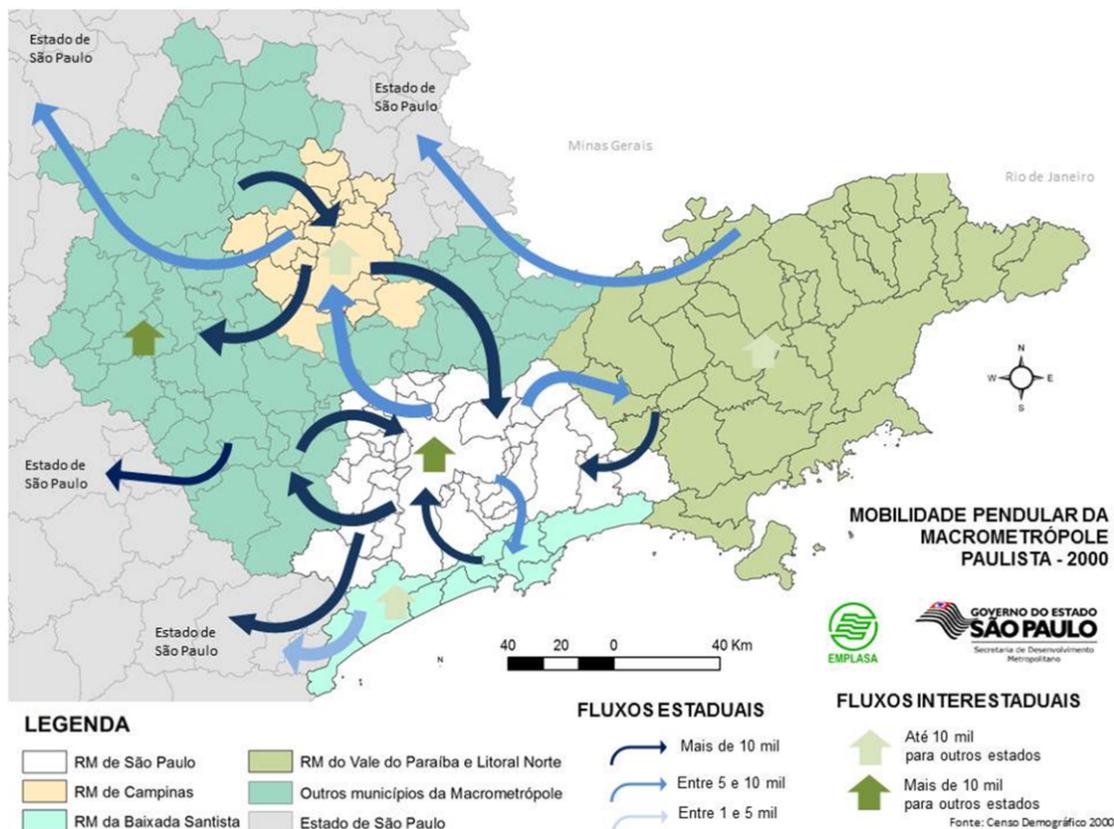
Tabela 4: Volume e variação da mobilidade pendular interna, externa e total. Regiões metropolitanas paulistas e municípios da Macrometrópole. 2000 e 2010.

Regiões	Mobilidade Pendular								
	2000			2010			Variação (%)		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
RMC	134.796	35.543	171.033	241.077	70.915	311.992	78,85%	99,52%	82,42%
RMSP	1.015.221	89.162	1.108.691	1.663.374	278.627	1.942.001	63,84%	212,50%	75,16%
RMBS	102.380	25.451	128.064	160.346	40.677	201.023	56,62%	59,82%	56,97%
RMVPLN	63.028	21.103	84.621	115.556	34.041	149.597	83,34%	61,31%	76,78%
Outros Macrometrópole	99.731	61.557	162.253	207.299	114.311	321.610	107,86%	85,70%	98,22%
Total	1.415.156	232.816	1.654.662	2.387.652	538.571	2.926.223	68,72%	131,33%	76,85%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. (Tabulações Especiais Nepo – Unicamp)

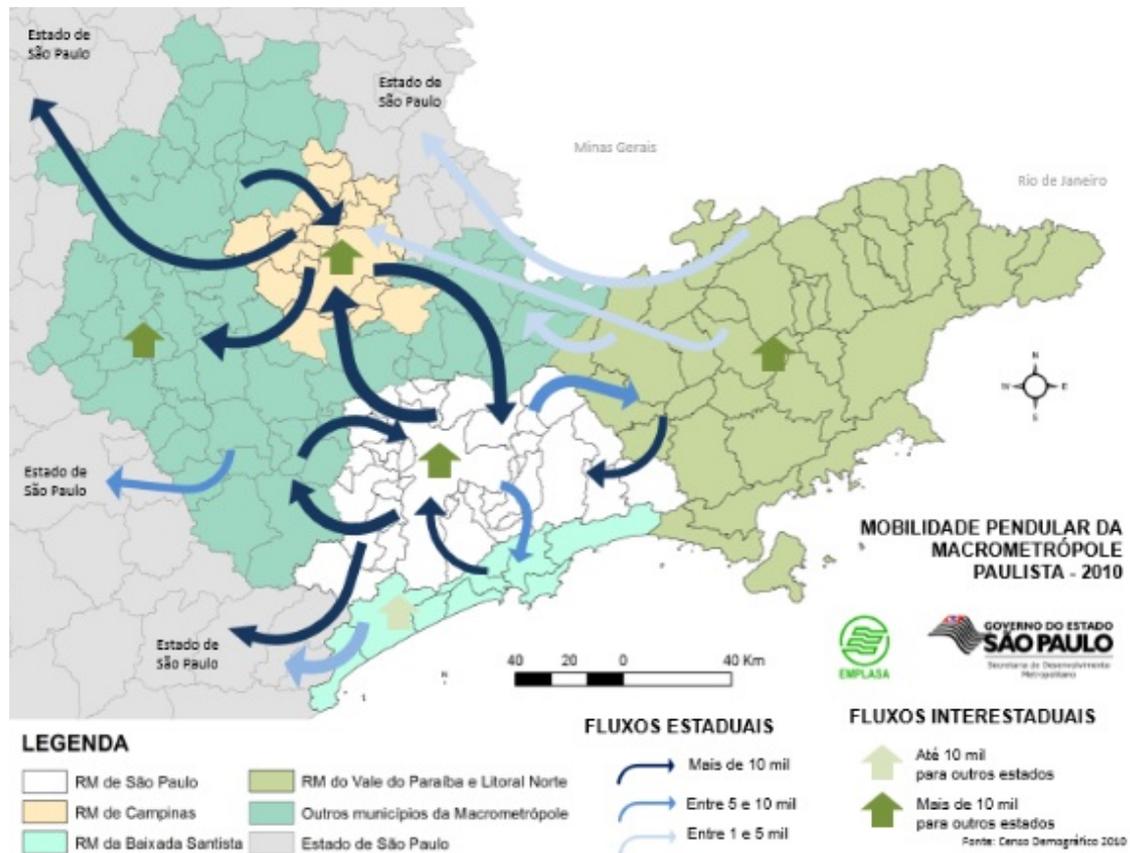
Ainda a respeito das Figuras 4 e 5, fica evidente a importância da RMSP nessa interrelação espacial da MMP. Outra conclusão é que os movimentos pendulares se constituem e se propagam historicamente, já que os maiores fluxos, demonstrados nas figuras, praticamente não se alteram nos anos de 2000 e 2010. Mas aumentaram sua intensidade.

Figura 4: Principais fluxos pendulares com origem na Macrometrópole Paulista – 2000.



Fonte: IBGE – malha municipal digital – 2010

Figura 5: Principais fluxos pendulares com origem na Macrometrópole Paulista – 2010.



Fonte: IBGE – malha municipal digital – 2010

Um dos condicionantes desta chamada complementariedade regional pode ser o mercado de trabalho, no qual impulsiona a mobilidade pendular entre as regiões – ou o mercado de terras – no qual fomenta a mobilidade pendular intraregional. Tal hipótese de condicionantes pode ser representada pela Tabela 5, através da análise dos dados de migrante por município de trabalho segundo modalidade migratória. Nesse sentido, percebe-se que as mudanças de residência no âmbito intrametropolitano refletem muito mais uma busca por moradia do que a migração oriunda de outras regiões.

Percebe-se que os migrantes, independente da modalidade, trabalham em sua maioria nos municípios de residência. Entretanto, ao analisar a migração do tipo intrametropolitana, nota-se um alto percentual de indivíduo, que migraram, mas continuam trabalhando no município de residência anterior. Este fato evidencia claramente a busca por melhores condições de moradia (levando em consideração a discussão a respeito do mercado de terras e da acessibilidade a cidade).

Tabela 5: Migrante de data-fixa segundo modalidade e origem de grupo de municípios de trabalho, por regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. Macrometrópole Paulista, 2010.

Modalidade Migratória	Município de trabalho	Região em 2010				Total
		RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	
Intrametropolitana	Próprio município	42,0	40,0	40,8	69,2	43,9
	Município em 2005	34,6	30,6	33,7	18,3	32,8
	Outro município da RM	20,5	3,7	18,1	8,0	17,5
	Outro município	2,9	25,7	7,4	4,5	5,8
	Subtotal	127.776	18.422	12.274	13.850	172.321
Intra-MMP	Próprio município	78,4	53,5	66,6	79,8	67,8
	Município em 2005	2,7	6,0	14,7	5,8	7,0
	Município da RM	15,2	11,9	12,4	8,4	12,4
	Outro município	3,6	28,7	6,3	6,0	12,9
	Subtotal	18.243	21.106	14.225	10.195	63.769
Outros ESP	Próprio município	80,1	66,3	72,6	83,7	75,4
	Município em 2005	1,1	1,5	2,7	1,4	1,4
	Município da RM	15,0	12,7	16,9	7,4	13,9
	Outro município	3,8	19,5	7,8	7,5	9,3
	Subtotal	14.244	8.540	2.367	1.836	26.988
Interestadual (*)	Próprio município	83,2	66,1	72,3	87,4	80,5
	Município em 2005	0,4	1,0	0,7	0,7	0,5
	Município da RM	14,0	15,2	21,6	6,7	14,0
	Outro município	2,4	17,7	5,3	5,2	4,9
	Subtotal	124.497	24.295	8.928	13.071	170.792
Total		284.760	72.363	37.795	38.951	433.869

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e Fundação SEADE para projeções (Elaboração própria, Nepo-Unicamp).

Portanto, através deste conjunto de dados sobre a mobilidade espacial da população da Macrometrópole Paulista, observa-se uma complementariedade funcional entre as regiões. Tal qual como destaca Lencioni (2011b) ao afirmar que os “movimentos pendulares cotidianos entre o morar e o trabalhar em cidades distintas representam uma de suas principais características” (LENCIONI, 2011b, p.139). Porém é preciso destacar que os sentidos dos fluxos migratórios e pendulares no espaço da MMP, como já reiterado, relacionam-se com as às distintas lógicas de produção do espaço, mas que corroboram para este inevitável fato de formação de uma nova morfologia urbana que transcende as velhas formas.

Considerações Finais

Assim como vários autores como Lencioni (2011b), Diniz e Campolina (2007), entre outros - este trabalho observa que a formação de uma nova morfologia urbana tal como a Macrometrópole Paulista é um fato notável. E prenuncia a constatação elaborada por Borjas e Castells (1997), no qual os autores observaram que a formação das cidades no mundo contemporâneo seria demarcada por aglomerações do tipo difusas e dispersas, estando assentadas ao longo das grandes vias de transportes integrando grandes cidades, pequenos municípios, áreas periurbanas, rurais e intersticiais. Além de integrar neste conjunto regiões com distintas funções sendo demarcadas pela intensidade de fluxos de diversos tipos, principalmente os informacionais.

Notou-se, também que o processo de formação deste arranjo-urbano-regional, se pautou na desconcentração industrial e na reestruturação produtiva que marcou a metade da década de 1980. No qual privilegiou os grandes centros fora da RMSP para a alocação de parques industriais e de certos serviços. Junto com essa integração, diversas cidades, de distintos portes integraram a Macrometrópole, em um espaço caracterizado pela heterogeneidade, mas por uma forte integração.

No tocante a integração, a mobilidade espacial da população, principalmente os fluxos pendulares, demarcam esta complementariedade regional. Observou-se através das taxas de crescimento populacional, um crescimento das regiões e dos municípios periféricos em relação à sede regional e das áreas metropolitanas. Os fluxos migratórios mostraram uma complementariedade das regiões metropolitanas elencadas com a RMSP, assim como os fluxos pendulares. Porém, como já reiterado, é preciso salientar que todos esses fluxos estão relacionados com distintas dinâmicas de produção do espaço, mas que integram esse processo de macrometropolização.

Referências

ASCHER, F. 1995. **Metápolis ou l'avenir dès villes**. Paris: Ed. Odile Jacob.

BAENINGER, R. 1998. "A Nova Configuração Urbana No Brasil: Desaceleração Metropolitana e Redistribuição Da População." IN: Anais - XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 1: 729-772.

BAENINGER, R. PEREZ, R. 2011. **Metrópoles Brasileiras No Século 21: Evidências do Censo Demográfico de 2010**. In: Anais: VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Curitiba, - CD-ROOM.

BORJA, J., CASTELLS, M. (1997) **Local y global**. Barcelona: Taurus.

CANO, W. 2011. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp.

CANO, W. 2007. BRANDÃO, C. A.; MACIEL, C. S.; MACEDO, F. C. (org.). **Economia paulista: Dinâmica econômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Alínea Editora.

CARLOS, A. F. 2013. **A Dinâmica urbana e metropolização: desvando os processos espaciais**. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Glaucio José Marafon; Augusto César Pinheiro da Silva. (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência. v. , p. 35-52.

CUNHA, J.M.P. 2011. **Mobilidade espacial da população: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp.

_____. 2013. **Dinâmica demográfica e migratória da Região Metropolitana de São Paulo no período 1991-2010: realidades e mitos**. IN: Marques, E. (org.) **As transformações de São Paulo nos anos 2000**. São Paulo: Editora Unesp, 2014 (no prelo).

_____ *et all.* 2013. **Movimentos pendulares na MMP. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM)**. NEPO-UNICAMP/FUNDAP/EMPLASA. São Paulo.

_____. 2014. **Dinâmica demográfica, migração e projeções populacionais da Macrometrópole Paulista**. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM). NEPO-UNICAMP/FUNDAP/EMPLASA. São Paulo.

DINIZ, C.C. 1993. **Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização**. Belo Horizonte, NOVA ECONOMIA (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG). V.31. N.11. Set.

DINIZ, C; DINIZ, B, C. 2007. **A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções**. EURE (Santiago. Impresa), Santiago (Chile), v. 33, p. 27-43.

EMPLASA. 2012. **Macrometropole Paulista**. São Paulo: Emplasa. p.21.

FARIA, V. 1991. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil**. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP, n.29, p. 98-119.

FIX, M. 2007. **São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo. 192p

GARREAU, J. 1991. **Edge city: life in the new frontier**, Nova York: Doubleday.

KAYSER, B. 1969 **A divisão do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos**. Orientação. n.º. 4 São Paulo: Ed. USP.

LENCIONI, S. 2003. **A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo**. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR.

LENCIONI, S. 2011a. **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. In: Lencioni, S; Pereira, P.C.X. (Org.). Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: Paim. 7-20.

LENCIONI, S. 2011b. **A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 120, p. 133-148-148.

INDOVINA, F. 1990. **La cittàdifusa**. Venècia: DAEST-IUAV.

MARTINE, G. 1994. **A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80**. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, p. 1-46.

MOURA, R. 2009. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOURA, R. 2012. **“A Dimensão Urbano-Regional Na Metropolização Contemporânea.”** EURE. 38: 5–31.

PACHECO, C. A. 1997. **Movimentos Migratórios Anos 80: novos padrões?**. In: Neide Lopes Patarra; Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bogus; Paulo Januzzi. (Org.). Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo. 1980-1993. Campinas, SP: Unicamp, p. 25-52.

RUFI, J. V. 2013. **“¿NuevasPalabras, Nuevas Ciudades?”** Revista de Geografía: 79–103.

SANTOS, M. 2005. **A A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec.

SASSEN, S. 1991. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton, New Jersey: Ed. Princeton University Press.

SCOTT, A. J. 2001. **Cidades-regiões globais**. Espaço & Debates, São Paulo: NERU, v.17, n.41, p.11-25.

SILVA, É. T. 2013. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.

SOJA, E. W. 2002. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishing.

SPOSITO, E. S. 2007. **Reestruturação produtiva e urbana no Estado de São Paulo**. Scripta Nova (Barcelona) v. XI, p. 69. <Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24569.htm> acessado em: 14/09/2014>